

FORMAR FLORESTAL – O PROTAGONISMO DOS POVOS DA FLORESTA NO USO DOS RECURSOS NATURAIS NAS REGIÕES DA TRANSAMAZÔNICA E DA BR 163

Rogério **ALMEIDA**¹

. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

E-mail: araguaia_tocantins@hotmail.com.,

Roberta **COELHO**²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Castanhal – IFPA

E-mail: roberta.fatimacoelho@gmail.com

Katiuscia Fernandes **MIRANDA**³

Universidade do Estado do Pará - UEPA

E-mail: kfernandes@iieb.org.br

Marcos dos Santos **SILVA**⁴

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Castanhal - IFPA

E-mail: marcos@iieb.org.br

Resumo: O presente artigo é um relato sobre a formação em manejo florestal comunitário realizado pela ONG Instituto de Educação do Brasil (IEB) e o Instituto Federal do Pará, Campus Castanhal. A formação ocorre nas regiões da Transamazônica (BR -230) e a Cuiabá Santarém (BR 163) desde 2014. Camponeses, extrativistas, assentados da reforma agrária, entre outras categorias são os sujeitos do processo.

Palavras chave: Amazônia, Educação, Manejo Florestal

Abstract: This article is an account of the training in community forest management conducted by the NGO Instituto de Educação do Brasil (IEB) and the Federal Institute of Pará, Campus Castanhal. The training takes place in the regions of Transamazonica (BR-230) and Cuiabá Santarém (BR 163) since 2014. Peasants, extractivists, settled agrarian reform, among other categories are the subjects of the process.

Keywords: Amazon, Education, Forest Management

¹ Docente do Curso de Gestão Pública do Instituto de Ciência e Sociedade (ICS) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Campus de Santarém.

² Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Castanhal. Engenheira Florestal. Doutora em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

³ Engenheira ambiental pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Atualmente é coordenadora de projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), em Belém, Pará.

⁴ Licenciado em Educação do Campo com habilitação em Ciências Humanas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA – Campus Castanhal). Atualmente é assistente de projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), em Belém, Pará.

Introdução

A desigualdade estrutura a sociedade nacional. A concentração de terra, renda uso de mão obra escrava são algumas das muitas faces desta formação econômica, política e social, marcada pelo controle do aparato do Estado por uma elite. Controle que lhe garante a reprodução econômica, social e política. A grande propriedade rural, organizada a partir do monocultivo, com vistas a atender à demanda externa, tem sido o modelo que perdura até os dias atuais.

É em oposição a este cenário que uma infinidade de movimentos sociais⁵, amparados por várias mediações (segmentos de igrejas, ONGs, educadores, universidades, partidos políticos) buscam amplificar o acesso a direitos, que vai além da conquista da terra, onde estão contemplados na pauta de reivindicações: moradia, assistência técnica, meio ambiente, crédito, em particular, o campo da educação. Nesta perspectiva, a educação ganha importância na agenda política nacional.

Lutas e movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais, ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais. Lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania, Gohn (2011:p 346). Nos idos anos de 1960 foi marcante a ação das Ligas Camponesas na perspectiva de irradiar os princípios emancipatórios do educador Paulo Freire.

Na mesma linha atuaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Movimento de Educação de Base (MEB). Em seguida o MST, e movimentos correlatos, construíram uma rede que busca a efetivação de políticas públicas a partir dos sujeitos do campo. Em síntese, uma educação relacionada com as lutas sociais do campo. A partir dos horizontes sinalizados por Freire, Molina e Caldart, cumpre afirmar que uma educação que se deseja libertadora não

⁵ Gohn (2011:p.335/336/337) entende como movimentos sociais ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. [...] entre as características básicas: possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. [...]Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. [...]tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.

pode ficar circunscrita aos muros da escola. Esta é a proposta do Formar na Transamazônica (BR 230) e a Cuiabá-Santarém (BR 163).

Baixo Amazonas, Transamazônica e BR 163 – o contexto

Ao longo dos séculos, a condição colonial de exportadora de matérias primas tem reinado sobre a (s) Amazônia (s). Uma história marcada por violência física, simbólica e jurídica contra as populações locais: indígenas, negros, mestiços, ribeirinhos e outras categorias, que ao longo de séculos de convivência com os recursos da floresta e dos rios, produzem cultura e conhecimento, a exemplo do manejo florestal madeireiro e não madeireiro.

Povos que reinventam a cada dia, formas de (re) existir e resistir. Gentes que criam suas festas, feiras, pajelanças, chamados, romarias, realizam empates, promovem seminários, puxiruns (mutirões), laços de solidariedade, criam fóruns, fomentam os próprios meios de comunicação, empreendem ações em redes e definem bandeiras políticas em oposição à uma agenda que vai de encontro às suas formas de vida e sociabilidade.

Neste sentido, as políticas públicas implantadas na Amazônia, a partir dos anos de 1960 configuram um marco. Nelas foram impostas as rodovias como vias de integração econômica para a região. Entre elas a BR 163⁶ (Cuiabá-Santarém) e a BR 230 (Transamazônica)⁷. E, atualmente, além de portos que já foram construídos em Santarém

⁶ São 1.780 quilômetros de estrada atravessando uma das regiões mais ricas da Amazônia e do País em recursos naturais, potencial econômico, diversidade étnica e cultural, com a presença de biomas como a Floresta Amazônica, o Cerrado e áreas de transição entre eles, além de bacias hidrográficas importantes, como a do Amazonas, do Xingu e Teles Pires-Tapajós. A rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), foi aberta nos anos 1970 como mais uma das grandes obras de infraestrutura projetadas pela ditadura militar para pretensamente tentar integrar a Amazônia à economia nacional (ISA, 2009).

⁷ A região oeste do Pará ocupa uma área de 780.180 km² representando (62% da extensão total do estado). O Território da Transamazônica, incluso nesta região, é formado pelos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu e, e totaliza área de 250.791,94 km² (15,5% da extensão total do Estado). A região oeste paraense possui a maior quantidade de ecossistemas florestais e recursos hídricos preservados na Amazônia Oriental, além de possuir grandes reservas de minérios com destaque para bauxita, calcário e ouro. As principais atividades produtivas estão baseadas na exploração madeireira, pecuária, agricultura, pesca, extrativismo, mineração industrial, garimpo e comércio. (FVPP, 2003). Nesta região, também é encontrada a Bacia do Xingu, que é uma das mais importantes do país em termos ecológicos e paisagísticos. A exploração econômica do rio para a pesca esportiva, esportes aquáticos, turismo ecológico, entre outros, apresenta grande potencial quanto à geração de trabalho e renda, (PDTRS; p.13).

(Cargil) e em Itaituba (Bunge) existe a previsão de mais intervenções, bem como a pavimentação das rodovias federais, construção de hidrovias e inúmeras hidrelétricas nas bacias do Tapajós- Teles-Pires, Xingu e Amazonas.

As medidas impactam e ameaçam as formas de reprodução econômica, política, social e cultural das populações locais do Baixo Amazonas⁸. Região de abrangência do Formar Florestal.

A região, vasta e rica, conforma tanto a Floresta Amazônica como o Cerrado, num cenário marcado pela pressão de interesses de elites locais, regionais, nacionais e internacionais, que tendem a pressionar territórios considerados tradicionais, tais como as unidades de conservação (UCs), os territórios indígenas (Tis), territórios quilombolas (TQs), além de projetos de assentamento rurais (PAs).

A extração mineral (bauxita\Alcoa), a exploração madeireira (legal e ilegal⁹), e o monocultivo de grãos (soja em particular), despontam como os principais vetores de pressão sobre os territórios tradicionais ou dedicados à agricultura camponesa, além das obras de infraestrutura. Nesta região, marcada por vestígios da arte pré-colombiana, vivem entre outros povos indígenas, os Borari, Arapiun, Apalai e Munduruku. Este último tem sido ponta de lança de oposição aos grandes projetos da região.

⁸ Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa integram a região, conformam a região, IBGE (2010), num território de 315,86 mil km², 25% da área do Estado do Pará, que abriga uma população de 705.737 habitantes, 8,7% da população do Estado do Pará. PIB de R\$ 5,9 bilhões, 6,5% do PIB paraense, com destaque para o extrativismo da bauxita. Responde por 12% do PIB agropecuário do estado. Maior produtor de mandioca do estado (30%) e terceiro na produção de soja (17%) e na produção de milho (18%). Maior produtor de castanha do Pará (94%). Terceiro na extração madeireira (19%). 2^a menor taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais do Pará, com 12%. 3^a maior taxa de pobreza do Pará, com 49%, 5^o maior taxa de Mortalidade Infantil do Pará, com 17%. Fonte: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas (Fapespa\Sepof, 2015), <http://www.fapespa.pa.gov.br/>.

⁹ **PF prende maior desmatador da Amazônia no Pará** - O paulista de Tupi Paulista, Ezequiel Castanha é considerado o maior desmatador da Amazônia. Em fevereiro de 2015 ele foi preso pela PF na cidade de Itaituba. Ele é acusado de desmatar 5.621 hectares em unidades de conservação e em projeto de assentamentos da reforma agrária em Novo Progresso, Altamira e Itaituba. 500 milhões de reais é o cálculo do prejuízo ambiental provocado por Castanha e outras pessoas associadas ao comerciante dono de fazendas no Mato Grosso. A área desmatada equivale a 35 parques do Ibirapuera, em São Paulo. No período de 2006 a 2014 ele foi autuado 16 vezes pelo Ibama. São 40 milhões de reais em multas. Castanha é acusado de comandar uma quadrilha que grila terras, desmata e negocia terras da União no Sul e Sudeste do país. Dados do Inca indicam que ele tem oito propriedades em nome de filhos no Mato Grosso. Em uma delas, em 2008, 19 trabalhadores foram encontrados em condições análogas à escravidão. Na ocasião uma criança de 13 anos exercia o papel de cozinheiro. Além de Ezequiel Castanha, que é dono de supermercados no Pará e no Mato Grosso, 23 pessoas respondem ao mesmo processo. Fonte – A partir da matéria da Folha de São Paulo de 08/03;2015, de Estevão Bertoni, no Caderno Poder.

No conjunto de unidades de conservação constam: as florestas nacionais ou estaduais de Trairão, do Amaná, do Crepori, do Iriri e do Jamanxim; os parques nacionais ou estaduais do Jamanxim e do Rio Novo; a Área de Proteção Ambiental Tapajós e a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós. Estas reservas ocupam áreas nos municípios de Jacareacanga, Novo Progresso, Trairão, Itaituba, Rurópolis, Altamira e Belterra. As diferentes formas de manejo florestal madeireira e não madeireira tornaram a Flona Tapajós uma referência mundial no assunto.

Formar Florestal - Formação em Manejo Florestal Comunitário e Familiar

Há milênios as populações locais nos mais diferentes espaços das Amazônia (s) do Brasil, (várzea, terra firme ou ilha) produzem e reproduzem formas de uso e manejo da floresta: madeireiro ou não. Seja como fonte de proteína, como no caso da pesca, coleta do açaí e da cultura da macaxeira; ou medicinal, onde está popularizada a adoção da andiroba e da copaíba, e mesmo de artesanato a partir de sementes, látex, cipós e outros recursos. É nesta direção que a experiência do Formar converge.

Faz alguns anos as universidades buscam dialogar com essa modalidade de conhecimento considerado como tradicional¹⁰. É neste cenário que floresce a Formação em Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFC)¹¹ direcionada para o Baixo Amazonas paraense (Oeste do estado), região que abriga um significativo e complexo mosaico de unidades de conservação, marcado por diferentes recursos, usos e povos, nativos ou migrantes.

O Instituto de Educação do Brasil (IEB) ao lado do Instituto Federal do Pará (IFPA) Campus de Castanhal são os motivadores desta formação em MFC. As instituições mantêm

¹⁰ Segundo Amaral e Amaral Neto (2005) o manejo florestal tem conquistado cada vez mais espaço como alternativa para comunidades rurais na América Latina. Isto pode ser explicado pela importância relativa da floresta para mais de 250 milhões de pessoas, bem como pela extensa área (aproximadamente 25 % da cobertura florestal) sob domínio de populações tradicionais e camponeses.

¹¹ Para fins de acomodação didática, será considerado no curso como Manejo Florestal Comunitário e Familiar aquele manejo florestal que está sob a responsabilidade (direta e/ou indireta) de uma família, comunidade local ou um grupo social mais amplo, que estabelecem direitos e compromissos de longo prazo com a floresta (PPP, 2014:p 14).

desde 2005 inúmeras iniciativas nesta direção. Inicialmente a contribuição deu-se a partir de organização de conteúdos sobre as práticas do manejo florestal comunitário. Além do conteúdo, técnicos do IEB ministraram aulas, e a instituição apoiou atividades de campo, disponibilizou bolsas, a realização de eventos e de intercâmbios.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da formação, o curso foi criado em novembro de 2014 por meio da resolução 262/2014 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (CONSULP), tornado o IFPA-Campus Castanhal apto a realizar a oferta de vagas. 25 vagas para filhos e filhas de agricultores comunitários oriundos da região Oeste do Pará constitui a primeira turma.

O PPP sinaliza que o objetivo do curso é realizar a formação de jovens e adultos em conhecimentos sobre os aspectos técnicos, organizacionais, políticos e culturais visando fortalecer o Manejo e a Governança Florestal no Pará. Para isso os principais aspectos são: Os conhecimentos científicos e práticos desenvolvidos para superar modelos de agricultura que degradam os recursos naturais e poluem o meio ambiente (água, solo, ar).

Para isto incentiva a socialização, disseminação e construção de conhecimentos a partir do contexto regional, que visa amplificar o manejo florestal comunitário. Moradores de unidades e conservação e camponeses de projetos de assentamento configuram os sujeitos do curso. A ideia é fortalecer sindicatos, cooperativas e associações dos moradores, e que os mesmos possam se consolidar como agentes multiplicadores das práticas do MFC.

O grande potencial para aplicação do MFC, o caos fundiário ladeado pelo crescente desmatamento¹², a extração ilegal da madeira, ausência de programas de educação, extensão e de formação neste setor, políticas de desenvolvimento que incentivam a destruição da floresta motivaram a formatação do curso. A perspectiva é a seguinte: faz-se necessário o aprofundamento de formação para o tema, para que se reduza a destruição da floresta, se

¹² O desmatamento acumulado no período de agosto a outubro de 2014, correspondendo aos três primeiros meses do calendário oficial de medição do desmatamento, atingiu 1.082 quilômetros quadrados. Houve aumento de 226% do desmatamento em relação ao período anterior (agosto de 2013 a outubro de 2013) quando atingiu 332 quilômetros quadrados, (Imazon, 2014: P. 03).

consolide uma política estadual de MFC, que potencialize econômica, política e socialmente as populações locais.

É nesta direção que trabalha a jovem e ex- educanda do Formar, Marilu Bentes na Comunidade de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, da Reserva Verde para Sempre, da cidade de Porto de Moz. A moradora da reserva conhecida internacionalmente pela luta popular em defesa da floresta, defende que as vivências durante o curso reforçaram a importância sobre como fazer uso da floresta para que ela permaneça em pé para outras gerações. “A adoção do manejo florestal comunitário pode se configurar como uma saída nesta direção,” argumenta a extrativista.

A organização curricular do curso - Os eixos temáticos do curso

Os eixos temáticos que orientam o curso de 400 horas, distribuídos em quatro módulos a partir da metodologia da Pedagogia da Alternância¹³ são: i) Noções básicas sobre Governança Florestal; ii) Aspectos técnicos do Manejo Florestal Comunitário; iii) Gestão de empreendimentos comunitários; e iv) políticas públicas. A carga de 400h é assim distribuída: 260h presenciais, e 140h dedicadas para atividades na comunidade dos\as educandos\as.

Os pressupostos do educador Paulo Freire servem como guia dos diálogos realizados entre os educadores\as e educandos\as durante os módulos de formação. Aulas expositivas, vídeos, músicas, cartazes, trabalhos em grupos e individuais, atividades de campo em UCs (Flona Tapajós) e atividades do tempo comunidade são alguns recursos adotados na troca de conhecimentos\saberes.

Sobre os módulos do Formar Florestal

No navegar do curso buscou-se facilitar o diálogo entre as diferentes formas de conhecimento. Um percurso que possibilitou desenvolver uma prática a partir da reflexão

¹³ Ela nos introduz num outro sistema educativo, pois a escola do século XX, tal qual a conhecemos e vivenciamos, será cada vez mais inadequada para este mundo veloz, em plena mutação no que diz respeito aos extraordinários avanços tecnológicos que caminham mais rápido do que o homem. Um mundo complexo que exigirá outra educação sistêmica. A formação em alternância, a pedagogia da alternância será um dos componentes da escola do futuro. (GIMONET, 1999, p. 39).

dos conteúdos adotados, relacionando-os com as realidades dos/as educandos/as: econômica, política, familiar, social, cultural, ambiental e do trabalho.

Nos quatro módulos estabelecidos: i) Noções básicas sobre Governança Florestal; ii) Aspectos técnicos do Manejo Florestal Comunitário; iii) Gestão de empreendimentos comunitários; e iv) políticas públicas. Nesta ordem procura-se incentivar uma reflexão crítica sobre as realidades dos/as educandos/as, que some-se a outras iniciativas que busquem o aprofundamento da cidadania numa ação em rede.

A agricultora Marcelane Silva é moradora da comunidade de Comandante Teixeira, na cidade de Itaituba. A dirigente sindical foi educanda do Formar em 2014. Para ela o mais importante na vivência do curso foi trabalhar a sustentabilidade na comunidade de forma organizada e manejada.

“Considero que todos os módulos do curso foram importantes. Mas, o que me tocou foi o que falou da minha realidade e o de políticas públicas. Aprendemos o que significa política pública e a importância em lutar por ela” pondera.

A (s) Amazônia (s) e as riquezas nela existente configuram-se como um espaço em aguda disputa: grandes corporações de mineração, soja, construtores de hidrelétricas, grileiros e pecuaristas em oposição às populações locais, numa relação marcada pela violência¹⁴.

Neste sentido no módulo sobre Governança¹⁵ Florestal o objetivo é construir uma visão ampla e crítica do desenvolvimento rural em geral, ao mesmo tempo a partir das

¹⁴ Desde a integração econômica da Amazônia, a partir dos anos 1960, as regiões sul e sudeste do Pará concentraram os indicadores de violência contra populações nativas. A partir do fim dos anos 1990 a violência se espalhou por todo estado. No Baixo Amazonas dirigentes e ativistas foram executados por defenderem a floresta, a reforma agrária e os direitos humanos. Ademir Federicci foi executado com um tiro na cabeça na madrugada do dia 25 de agosto de 2001. “Dema,” como era conhecido o ativista do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX), hoje nomeia um fundo que incentiva projetos de desenvolvimento para populações tradicionais. No dia 22 de julho de 2002 o delegado sindical da Fetagri de Castelo dos Sonhos, Bartolomeu Moraes da Silva, conhecido como “Brasília” foi sequestrado, torturado e teve as duas pernas quebradas antes de ser fuzilado por vários tiros de armas de diferentes calibres. Na cidade de Anapú, em fevereiro de 2005, dois pistoleiros mataram a missionária e agente pastoral da CPT Dorothy Stang.

¹⁵ **Governança** deriva do termo **governo**, e pode ter várias interpretações, dependendo do enfoque. Segundo o Banco Mundial, “governança é a maneira pela qual o **poder é exercido** na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de **planejar, formular e programar políticas e cumprir funções**”.

diversas realidades vivenciadas pelos educandos sobre a Governança Florestal em seus territórios de atuação. A carga horária total do módulo foi de 70 horas, sendo 40 horas presenciais e 30 horas não presenciais (tempo comunidade).

Os resultados esperados dos(as) educandos(as) deste módulo é que: a) compreendam as diferentes experiências em curso no âmbito da formação para o manejo florestal comunitário no Pará e região; b) tenham noções dos conceitos iniciais sobre os diferentes agroecossistemas pertencentes aos territórios dos educandos; c) tenham noções dos conceitos iniciais sobre os diferentes arranjos sociais, culturais, espaciais que compõem o Manejo Florestal Comunitário; e d) compreendam as questões relacionadas à temática fundiária, gestão ambiental e políticas públicas para o setor florestal.

Quanto ao módulo de políticas públicas a intenção é contribuir para que os(as) educandos compreendam as diferentes políticas públicas que provocam impactos direta nas comunidades/territórios onde estão inseridos. Procura-se ainda fortalecer a atuação das lideranças e agricultores familiares, de acordo com os princípios e diretrizes das políticas públicas socioambientais existentes.

Os educadores do diálogo buscaram favorecer as possibilidades de aumentar o acesso às referidas políticas, cujos componentes fornecem estímulos à adoção de modelos de produção que busquem a sustentabilidade, tais como: o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, entre outros. Este módulo dialoga diretamente com o de Governança Florestal.

E além de internalizar os conceitos e os complexos cenários sobre, busca-se que os(as) educandos(as) apreendam as diferentes formas de coordenação que associam atores públicos com atores privados, pertencentes ao mundo das empresas e/ou sociedade civil, para fazer frente a um problema complexo caracterizado por uma multiplicidade de atores e de escalas de intervenção.

Para a apreensão do módulo sobre os aspectos técnicos do MFC, o recurso metodológico adotado foi a ***Jornada Pedagógica***. Nela o(a) educando(a) interage com as diferentes realidades vivenciadas por comunidades tradicionais na Amazônia que realizam atividades de MFC. A experiência desenvolvida na Flona Tapajós, a partir da Coomflona¹⁶ é uma referência no assunto, e uma parceira do curso.

A ideia da jornada é fortalecer os conceitos trabalhados em sala de aula relacionados às práticas de exploração florestal e os principais desafios que as organizações e comunidades possuem para realizar tal atividade.

E ainda refletir sobre as seguintes questões: a) os diferentes processos de ocupação na Amazônia e os impactos socioambientais relacionados; b) o papel dos povos e comunidades e como eles se reorganizam em torno de atividades produtivas sustentáveis e a defesa de seus territórios; c) importância de comunicar tais realidades; e c) principais aspectos da gestão de empreendimentos comunitários e solidários e ações em redes.

Alguns Resultados

É prudente que o médio e longo prazo é a escala mais coerente para uma avaliação no campo da educação. Contudo, registramos demandas e ações realizadas pelas instituições

¹⁶ **Coomflona é referência em manejo florestal comunitário** - No começo do século passado o magnata estadunidense Henri Ford implantou um mega projeto de monocultivos de seringueira em Belterra, oeste paraense, com vistas a conquistar a autonomia para a fabricação de pneus para seus veículos. A empreita não obteve êxito, no entanto rendeu livros, teses e documentários. A vila ficou conhecida como Fordlândia. No mesmo perímetro o regime militar instalou como forma de controle do território a Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós). Conforme o site da Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (Icmbio), a Flona Tapajós foi criada em 1974. É espaço de inúmeras pesquisas. Somente em 2013 foram 65. Ela mede 527.000 hectares (mais de 160 quilômetros de praias). A unidade apresenta grande diversidade de paisagens: rios, lagos, alagados, terra firme, morros, planaltos, floresta, campos e açaiçais. A Flona é a unidade de conservação mais visitada da região Norte do país. Aproximadamente 500 indígenas da etnia Munduruku, divididos em três aldeias – Bragança, Marituba e Takuara habitam o lugar. Além de indígenas, mais de 5000 moradores tradicionais divididos em 25 comunidades sobrevivem na Flona antes da criação da unidade, informa Icmbio. Indígenas e as populações tradicionais realizam manejo florestal sustentável em uma área especialmente reservada para esse fim. A atividade é referência nacional e na América Latina, e chega a movimentar perto de quatro milhões de reais por ano. O Icmbio esclarece que o recurso fica na unidade e auxilia no desenvolvimento social e na proteção da florestal. **Coomflona** - É neste ambiente que opera a Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (Coomflona), uma referência no manejo florestal comunitário. Ela agrega 205 cooperados desde 2005, quando surgiu a partir do projeto Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (Promanejo). A cooperativa atua na melhoria da qualidade de vida dos associados por meio da comercialização dos produtos agroextrativistas das comunidades. Ela desenvolve atividades com produtos madeireiros e não madeireiros. Os produtos são comercializados nas próprias comunidades, cidades vizinhas, no mercado nacional e internacional. Viveiros de mudas, manejo de sementes e essências, produção de artesanato a partir da madeira, sementes e látex integram a atividade da cooperativa. A Coomflona mantém ainda uma loja na cidade de Santarém. A madeira certificada (FSC) é um dos produtos. A tradução da sigla inglesa é Conselho de Manejo Florestal. Fonte – Icmbio e Coomflona.

que os educandos (as) integram e que os (as) ajudam a aprofundar seus conhecimentos acerca de política pública, governança e MFCF, reforçados pelos conteúdos do curso do IEB e Ifpa-campus Castanhal.

Um exemplo ocorre na comunidade de Nossa Senhora Perpetuo do Socorro, banhada pelo rio Arimun, que integra a Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz. De lá vem os jovens educandos Marilu Bentes, Joelma Santos e João Pedro Bentes. São da turma de 2014, todos na faixa de 20 anos. Eles colaboraram na criação e assumiram a responsabilidade de animar uma cooperativa de produção e negociação de madeira, voltada para a valorização do MFCF. O objetivo da iniciativa é melhorar a qualidade de vida, organização, saúde e renda dos (as) associados (as).

Massaranduba, Angelim Vermelho, Cumaru são algumas espécies de madeira manejadas na comunidade em Porto de Moz, que ainda trata de sementes, cipós, criação de pequenos animais e pesca. O IEB, Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e o Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS) estão entre os apoiadores.

Neste cenário de disputa pelo território e pelos recursos naturais da (s) Amazônia (s) do Brasil, a questão fundiária tem se constituído como o ponto mais delicado. As populações locais têm socializado os passivos sociais e ambientais, com o assalto dos recursos por garimpeiros, grileiros, madeireiros ilegais e grandes empresas. A ausência de definição sobre os territórios acaba por incentivar ações ilegais em setores públicos e privados¹⁷.

Sobre a questão, a coordenação do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém tem ao longo dos anos procurado junto aos órgãos públicos de

¹⁷ A empresa Agropecuária Santa Efigênia Ltda tem merecido destaque em relatórios elaborados pela ONG Greenpeace. A agropecuária tem sido acusada em obter documentação falsa por parte de instituições do estado para planos de manejo. Num desses planos fraudados retirou mais de 43 mil metros cúbicos de madeira, que já haviam sido comercializados, incluindo cerca de 12 mil metros cúbicos de ipê, cujo valor poderia chegar a pelo menos US\$ 7 milhões se a madeira fosse processada e exportada. Saiba mais sobre o assunto no Relatório de Junho de 2015 do Greenpeace - *A Crise Silenciosa da Amazônia Licença para Lavar madeira* o Documento esclarece sobre a ação da quadrilha.

diferentes esferas (municipal, estadual e federal) efetivar o reconhecimento jurídico dos territórios de interesse das populações consideradas tradicionais.

O educando do Formar Florestal da turma de 2014, Jaime Luís Mendes, também quadro do STTR, argumenta que a regularização é um passo fundamental para a garantia dos territórios dos povos do Baixo Amazonas, além de possibilitar acesso a outras políticas públicas. O STTR tem participado de audiências públicas na região para o debate sobre o tema. O sindicato defende a definição de áreas em assentamento coletivo, assentamento individual, agroextrativista, projeto de assentamento agroextrativista e reservas extrativistas.

No fim de maio de 2015 o STTR forçou uma reunião em Santarém com a presidente do INCRA, Maria Lucia Falcom. Na pauta do encontro constava: conhecer os projetos de assentamentos que necessitam de atendimento de políticas públicas e os que necessitam do serviço de georreferenciamento, revisão de ocupação e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) embargados pelo Ministério Público Federal. A ausência de georreferenciamento no PAE Eixo Forte, na cidade de Santarém, por exemplo, tem impedido que a população possa estabelecer um plano de MFCF. A responsabilidade do serviço é do INCRA.

Algumas considerações

A experiência do Formar segue rumo ao terceiro ano. Somadas as três turmas (2014, 2015) e 2016 que inicia as atividades no mês, serão quase 80 educados, entre jovens e adultos, homens e mulheres do vasto e complexo mundos Amazônicos. Santarém, Altamira, Castanhal e Brasília foram as cidades percorridas.

O curso coaduna-se com outras iniciativas protagonizadas em sindicatos, cooperativas, associações, CFRs, EFAs, redes e fóruns. A grande ambição reside na consolidação de uma rede voltada para a concretização de uma política estadual, que favoreça o Manejo Florestal Comunitário, onde os sujeitos da (s) Amazônia (s) da Transamazônica e da BR, e outras regiões, despontem como o centro de gravidade. Desde a Cabanagem, muitos foram dados.

Referências

AMARAL, M. & AMARAL, P. **Manejo Florestal Comunitário: Processos e Aprendizagens na Amazônia Brasileira e na América Latina**, Belém: IEB, Imazon, 2005. p.11.

BERTONI, Estevão. NO PA, preso soma R\$ 40 mi em multas por desmate. Folha de São Paulo, São Paulo, 08 de Março de 2015, **Caderno Poder**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1599711-no-pa-preso-soma-r-40-mi-em-multas-por-desmate.shtml>. Acesso em: jul 2015. BRASIL.

Casa Civil da Presidência da República. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR 163 – Cuiabá-Santarém, Brasil, 2005. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas. Relatório do Ideb, 2014. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 7 ago 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDTRS da Transamazônica, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Flona do Tapajós. s.d. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1963>. Acesso: junho de 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Panorama Econômico do Setor Florestal - Março de 2014, Ano 1, Edição 1. Publicação Semestral Boletim produzido pela Gerência Executiva de Planejamento Florestal, 2014.

BRASIL. Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas – Pará. UFPA\MDA, Brasil, 2012. Belém-Brasília – DF.

CALDART, R.S.; Arroyo, M.G.; MOLINA, M. C. (org.). Por uma educação do campo, São Paulo, 2009.

COOPERATIVA MISTA DA FLONA TAPAJÓS (COOMFLONA). Disponível em: <http://www.coom-flona.com.br/>, Acesso: julho, 2014.

FONSECA, Antônio; JUNIOR, Carlos Souza & VERÍSSIMO, Adalberto. Transparência Florestal da Amazônia Legal, Julho de 2014a. Belém: Imazon. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (outubro de 2014b) SAD. Transparência Florestal da Amazônia Legal. Belém: Imazon.

GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e de orientação. Trabalho apresentado no Seminário Nacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e desenvolvimento. Salvador, Anais UNEFAB, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Relatório Produto Interno Bruto Estadual – Contas Regionais do Estado do Pará, Pará, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Taxas anuais do desmatamento - 1988 até 2014. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2014.htm. Acesso em: jul 2015. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). BR 163 Sustentável. 2009. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/BR163>. Acesso em: jul 2015. PARÁ.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas. Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa e Estudos do Pará (Fapespa) Governo do Pará, 2015a. Disponível em <http://www.fapespa.pa.gov.br/>. Acesso: julho de 2015

PARÁ. Instituto de Educação do Brasil e Instituto Federal do Pará (IEB e IFPA). Plano de Formação do Curso de Manejo Florestal Comunitário– Campus Castanhal – 2014 e 2015.

PARÁ. Instituto de Educação do Brasil e Instituto Federal do Pará (IEB e IFPA). Relatórios sobre o Curso de Manejo Florestal Comunitário – Campus Castanhal – 2014 e 2015.

PARÁ. Instituto Federal do Pará. Projeto Político Pedagógico do Curso de Formação de Lideranças em Manejo Florestal Comunitário – Campus Castanhal. Castanhal, Pará, 2014a.

PARÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. Anuário Estatístico de Receitas do Estado do Pará, Belém – Pará, 2014b. SÃO PAULO. Greenpeace Brasil.

A Crise Silenciosa da Amazônia Licença para lavar Madeira: Garantida. Relatório Junho de 2015. São Paulo – SP SÃO PAULO. Greenpeace Brasil.

A Crise Silenciosa da Amazônia: crime na madrugada. Relatório Outubro de 2014. São Paulo – SP.

SILVA, Marcos dos Santos. Experiências de Aprendizagens: uma reflexão sobre o Curso de Formação Inicial e Continuada em Manejo Florestal Comunitário. 2015. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Licenciatura em Educação do campo. IFPA – Campus Castanhal.